

O ESPECTRO – Jornal clandestino de natureza política, editado por António Rodrigues Sampaio, durante a guerra civil de 1846-47, também conhecida por Guerra da Patuleia.

Em 1846, por pressão da rainha D. Maria II, apoiada pela ala liberal «cabralista», o Duque de Palmela demite-se, sendo substituído nas funções de chefe do Governo pelo marechal Saldanha. Na sequência deste episódio, que ficou conhecido por «emboscada do 6 de Outubro», as garantias constitucionais são suspensas, é interdita a publicação e circulação de todos os jornais políticos e é ordenada a prisão dos opositoristas. António Rodrigues Sampaio, que na altura dirige o jornal *A Revolução de Setembro*, é um dos visados, mas consegue pôr-se a salvo. O rastilho da revolta faz estoirar, sob o comando de militares revoltosos, insurreições por todo o País. Apesar das interdições e de todas as medidas repressivas, a imprensa prolifera, bem como os panfletos políticos. São uma arma poderosa de propaganda e informação e, por isso, são chamados ao centro da acção política e militar que se desenvolve. É através deles que os beligerantes procuram chamar as populações à sua «causa» e manter elevado o entusiasmo dos que combatem. O primeiro número de *O Espectro* aparece a 16 de Dezembro de 1846. Logo na primeira página, sob o título «ADVERTÊNCIA», anuncia o seu programa-editorial: será o substituto do *Ecco de Santarém*, que já não correspondia à real dimensão da doutrina que advoga e «que acha écco em todo o paiz, (...), parte de todos os corações generosos em que estão radicados os princípios da justiça, da liberdade, da igualdade.»; e compromete-se a representar «a sombra das victimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores», «o innocente a clamar vingança contra o seu perseguidor», «o dedo invisível da Providência».

A “universalidade” dos princípios defendidos e o voluntarismo generoso da acção estavam também traduzidos, imediata e directamente, na produção e difusão do jornal que «nem se assigna nem se vende», será distribuído gratuitamente, porque «Algumas almas bem formadas teem offerecido o seu auxilio para ajudar a publicação».

António Rodrigues Sampaio, com o auxílio inicial de Costa Pratas e, posteriormente, de Luís da Silva Coutinho Júnior, ambos tipógrafos, conseguirá manter a sua promessa e lançar em Lisboa, **durante 7 meses** – de 16 de Dezembro de 1846 a 3 Julho de 1847 –, **sessenta e três números d’ O Espectro**. Aos quais se acrescentaram **nove suplementos**, motivados por notícias de última hora, normalmente de âmbito militar, que Rodrigues Sampaio considerou da maior relevância. Uma periodicidade assinalável, considerando as precárias condições em que era produzido. De facto, a perseguição a que estavam sujeitos quer o redactor, quer o tipógrafo, obrigaram a “oficina” – que mais não era que duas caixas de tipos e uma velha prensa em madeira, proveniente d’ *Revolução de Setembro* – a uma permanente itinerância: a Rua de São Caetano, a Rua do Quelhas e até o Convento dos Barbadinhos, são alguns dos locais dessa trajetória que se manteve sempre clandestina e a salvo de polícias, espões e potenciais delatores. Idênticas cumplicidades, forjadas no calor da luta política, garantem a eficácia da sua distribuição que,

embora praticamente circunscrita a Lisboa, alcançava as caixas de correio dos próprios ministros e as secretárias dos ministérios.

Os condicionalismos resultantes da clandestinidade, mas também o baixo nível de desenvolvimento da imprensa nacional no segundo quartel do século XIX, reflectem-se igualmente no aspecto gráfico de *O Espectro*: um jornal de formato 25,5 cm x 19,5 cm, de 4 páginas (por vezes 6), onde o texto se distribui invariavelmente por duas colunas, separadas por filete; é também este elemento gráfico que, na ausência de títulos ou de outros elementos identificadores, separa os textos nas colunas; os títulos, propriamente, são raros, mas existem algumas “secções” que se repetem em praticamente todos os números e que estruturam os conteúdos. Estão neste caso: «PARTE OFFICIAL» e «À ÚLTIMA HORA», além de um “editorial”, referenciado a Lisboa, e datado, que, em regra, ocupa toda a primeira página e parte da segunda; não há quaisquer ilustrações.

Num país retalhado pela guerra civil e onde as redes de transportes e de comunicações não primam pelo desenvolvimento (em absoluto e por comparação com outros países europeus) são óbvias as dificuldades enfrentadas por um jornalista clandestino determinado em informar os seus leitores sobre o estado do país – no plano militar, político, financeiro e social – e até «do modo porque a nossa presente situação é avaliada lá fora» (Nº 7, de 30 de Dezembro de 1846). Mas *O Espectro* surpreende pela diversidade, qualidade e actualidade da informação que veicula. O próprio redactor parece ter a preocupação de referir a proveniência e o suporte da informação: cartas provenientes de todo o país e o «correio interceptado» às forças governamentais, para «que se saiba o estado do país pela bocca das autoridades do governo», constituem as principais fontes de informação. Um rigor que não só traduz o forte sentido jornalístico de António Rodrigues Sampaio, como cumpre um objectivo mais pragmático e conforme à luta que se trava no terreno: o de demonstrar a dimensão do movimento Patuleia, os apoios que dispõe por todo o território, as vitórias que alcança e, naturalmente, revelar os abusos, a má fé e a natureza conspirativa das forças governamentais.

Estes propósitos estão bem explícitos em todos os números de *O Espectro*, como por exemplo neste trecho do número 53, de 1 de Junho de 1847, que dá conta do ambiente que se instalara no acampamento do marechal Saldanha, onde «reina a maior intriga e insubordinação. O honrado marechal está sempre a jogar com a sua cáfila: o mesmo Lopes Branco já denunciou oficialmente esta jogatina. E não só jogam o que é seu mas até o pret (sic) dos soldados!!!»; Idênticos propósitos norteiam a permanente análise que é feita à imprensa estrangeira e nacional, os «jornais cabralistas» e, sobretudo, ao *Diário do Governo*. A informação “oficial” é constantemente desmentida de preferência por confronto com outras “fontes”.

O tom sarcástico, a ironia, o uso de um vocabulário corrente e de uma comunicação directa fazem parte da mesma estratégia de aniquilamento do adversário pela palavra, como resulta claro neste outro trecho retirado no número 7, de 30 de Dezembro de 1846: «O *Diário* de hontem atirou-se ao

manifesto da junta do Porto, e pô-lo em estilhas. Parece um cão com um grande osso, que nem o pode roer nem engolir. Nós agradecemos a publicação. Os commentarios da folha official são admiráveis. Não queremos privar os nossos leitores d'algumas passagens mais interessantes d'elles. (...) A segunda maravilha é que a heróica resistência do Porto é *fonte de corrupta immoralidade – e de desnaturada infâmia*. Já se viu uma pequice d'estas? (...) Que entendeis por isto, escriptor sendeiro? No Porto corrompeu-se a immoralidade, na corte corrompeu-se a honra, a moralidade, a virtude! No Porto desnaturou-se a infâmia; na corte naturalizou-se!!!»

O estilo patente naquele trecho e que percorre *O Espectro* e muita da «imprensa de opinião» do século XIX tem a chancela da oratória política estreada no parlamento vintista. Ambos são paradigmas do Romantismo português. A eloquência é a sua marca por excelência, e a sua construção linguística assenta precisamente no uso da metáfora, da hipérbole, da exclamação, da emotividade na denúncia e na acusação. É a força da palavra ao serviço da acção.

A 3 de Julho de 1847, no número 63, Rodrigues Sampaio informa os seus leitores: «A missão do Espectro está por agora concluída; não que o sol da liberdade nos aquece, não que o despotismo exhalasse o ultimo arranco, (...), não que o povo seja livre e contente; mas entrando n'uma situação nova, cahindo á roda de nós tudo quanto nos cercava, (...) já não temos objecto que defender, nem inimigo a quem atacar.»

Bibliografia: TENGARRINHA, José, *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, 13ª Edição, Lisboa, Caminho, 1983; IDEM, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª Edição, Lisboa, Caminho, 1989; CARRASCO, Carlos, CUNHA, Cecília, PINTASSILGO, Joaquim - «O mais célebre jornal clandestino português». *História*. Lisboa., nº 56, (1983), pág. 58-69.

Rita Correia
(20.10.2006)